

O Plano Real e as possibilidades de crescimento da atividade industrial*

*André Luís Forti Scherer***

As avaliações sobre o Plano Real em seu segundo aniversário geralmente convergem para os resultados alcançados no combate à inflação. O êxito obtido foi, fundamentalmente, viabilizado pela desindexação da taxa de câmbio, que se constituiu no eixo do programa de estabilização. Combinado à abertura comercial, o câmbio nominal estabilizado (mas não fixo como na Argentina) pressionou no sentido de aproximar os preços internos dos produtos transacionáveis externamente — os chamados *tradeables* — àqueles vigentes no mercado internacional. O impacto inicial da estabilização sobre a renda (especialmente das camadas mais pobres da população), bem como o elevado afluxo de divisas por ocasião da implantação do Plano Real, conduziram a uma amplamente reconhecida valorização do câmbio real. Além disso, pressões inflacionárias vindas do setor serviços, cujos preços não sofrem os mesmos efeitos da concorrência do Exterior que os produtos agrícolas e industriais, reforçaram essa valorização. Estabeleceu-se, assim, uma importante divergência entre os preços medidos no atacado e os no varejo, tendo os primeiros variação bastante inferior à dos segundos.

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 25.06.96 e contou com a colaboração da estagiária Vania Alberton.

** Economista, Técnico da FEE e Professor da PUC-RS.

O autor agradece a atenta leitura realizada pelas colegas de núcleo Maria Cristina Passos e Sílvia Horst Campos, ressaltando que os equívocos porventura remanescentes são de responsabilidade do autor.

Certamente, a valorização cambial decorrente da forma como foi conduzido o processo de estabilização não foi inócua. Seus efeitos fizeram-se sentir especialmente na atividade industrial, na medida em que tanto as indústrias tradicionalmente exportadoras quanto aquelas voltadas prioritariamente para o mercado interno tiveram dificuldades para manter o nível de vendas externas ou a participação no mercado doméstico frente ao acirramento da concorrência. Assim, o processo de reestruturação industrial em curso, de forma mais aparente desde o início da década, tendeu a se acelerar em muitos ramos industriais, o que resultou em elevado número de demissões, no crescimento da velocidade do processo de fusões e aquisições entre empresas e no encerramento das atividades de algumas não competitivas. Ao mesmo tempo, a maior parte dos ramos industriais teve sua produtividade elevada, contra-arrestando a perda de competitividade internacional decorrente da valorização cambial.

A partir desse ponto, a análise torna-se menos clara, uma vez que inexistente consenso quanto ao tamanho da defasagem cambial ou da elevação da produtividade industrial. O primeiro varia conforme o período de análise escolhido, o deflator utilizado, a cesta de moedas de referência, etc. O crescimento da produtividade industrial tem sua medida afetada pelo aumento da participação de insumos importados nos produtos nacionais e pela maior utilização da terceirização e da subcontratação, fenômenos que não são levados em conta nos cálculos tradicionais e tendem a superestimar os efeitos da reestruturação da indústria brasileira.

Paralelamente à sobrevalorização cambial, o nível da atividade industrial (e da economia como um todo) viu-se afetado pelas elevadas taxas de juros reais vigentes durante o processo de estabilização. Os altos juros reais internos cumpriram, inicialmente, um papel na atração das divisas que possibilitaram a coexistência de um saldo negativo na balança comercial e a elevação no nível de reservas internacionais do País. Quando da crise do México (dezembro de 1994), medidas de contenção do crédito auxiliaram na redução do nível de atividade e no equilíbrio da balança comercial que hoje se observa. Assim, atualmente o nível da taxa de juros objetiva mais a retenção dos investimentos já internalizados no País do que a atração de novos investimentos de curto prazo. Concomitantemente, os juros reais praticados aumentaram ainda mais o já elevado estoque da dívida interna, o que se constitui em outro grande entrave para sua queda.

Desse modo, ancorada em dois preços fundamentais da economia — taxa de juros e taxa de câmbio —, a redução da inflação promovida pelo Plano

Real nesses dois anos ainda deixa margem a dúvidas quanto às possibilidades de manutenção da estabilização, quando associada à elevação da atividade econômica no Brasil. Caso se entenda esse processo como completo a partir da possibilidade de crescimento continuado da economia, sem que este provoque um desequilíbrio nas contas externas que venha a comprometer o equilíbrio interno futuro, certamente a questão relevante para a análise do momento atual do Plano Real diz respeito à possibilidade de aumento do nível de atividade, tendo em vista os constrangimentos trazidos pelo patamar da taxa cambial e da taxa de juros. Isto porque já foi possível comprovar a possibilidade de convivência entre os parâmetros atuais com as taxas reduzidas de inflação.

Cabe ressaltar que a maior parte dos analistas vêem como muito difícil a retomada de um ritmo acelerado de crescimento da economia brasileira no curto prazo, embora existam aqueles que acreditam que a reestruturação em curso em grande parte dos setores da economia, combinada à redução de custos e ao aumento na disponibilidade de serviços, como transportes e telecomunicações, pode permitir a ampliação da competitividade das empresas brasileiras e o encaminhamento para um novo ciclo de crescimento sustentado, mesmo com os constrangimentos apontados. É interessante verificar que ambas as posições baseiam seus argumentos na (in)capacidade de atração de investimentos externos e de crescimento acelerado das exportações brasileiras, que são vistas, portanto, como a fonte do dinamismo futuro da economia brasileira.

Centrando a análise no setor industrial, este artigo objetiva mostrar a evolução da atividade das indústrias de transformação brasileira e gaúcha nesses dois anos, destacando o desempenho da indústria no primeiro quadrimestre de 1996. Ao mesmo tempo, busca-se analisar algumas das alternativas aventadas no sentido de ampliar o crescimento industrial, considerando-se a pequena liberdade de que dispõe o Governo brasileiro para alterar as taxas de juros e o câmbio no curto prazo sem comprometer a estabilização.

1 - Evolução do nível de atividade das indústrias de transformação brasileira e gaúcha

A atividade industrial brasileira apresentou, durante o Plano Real, três momentos bastante distintos. O primeiro caracteriza-se pela acentuada expansão da produção e pela manutenção de um alto patamar da atividade industrial,

estendendo-se de julho de 1994 a março de 1995. Medido pelo indicador de produção física dessazonalizado do IBGE, o maior índice de produção dessa etapa (e de todo o período do Plano Real até o momento) ocorreu em dezembro de 1994, superando o de julho em 17 pontos percentuais. Por sua vez, o primeiro trimestre de 1995, embora com reversão da trajetória ascendente anterior, ainda mantém um elevado nível de produção, mais de 20 pontos percentuais acima da média de 1991. Essa primeira etapa foi marcada pela recuperação da utilização da capacidade produtiva da indústria brasileira. A ociosidade média do parque industrial, que se encontrava em torno de 20% no primeiro semestre de 1994, reduziu-se para cerca de 15% no início de 1995, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O acesso facilitado ao crédito, a expansão inicial da renda trazida pela redução do imposto inflacionário e a demanda fortemente reprimida pelo contexto de inflação elevada verificado anteriormente foram fatores que impulsionaram as vendas industriais nessa etapa.

A segunda etapa inicia em abril de 1995 e estende-se até agosto do mesmo ano. Caracteriza-se por uma tendência de queda na produção industrial, atingindo seu menor nível no mês de agosto, um ponto percentual abaixo dos resultados obtidos por ocasião do início do programa de estabilização. Essa etapa marca, portanto, o retorno da atividade aos níveis iniciais do Plano Real, com os ganhos de produção observados na etapa precedente sendo absorvidos completamente nessa queda.

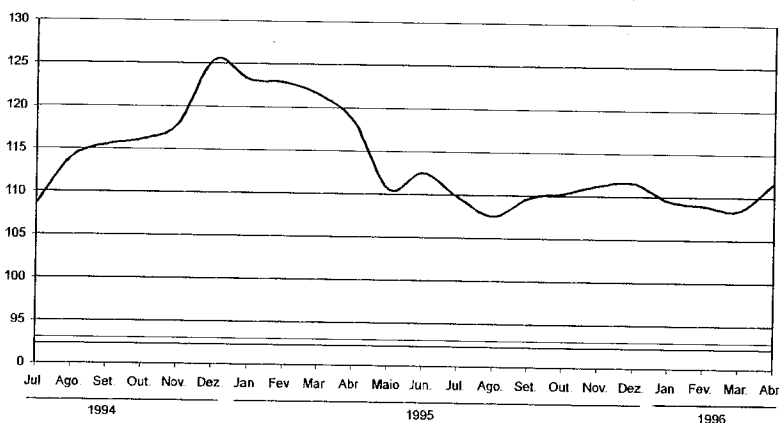
O descenso da atividade é resultado direto das medidas de restrição ao crédito adotadas a partir de fevereiro de 1995 com o objetivo de evitar um desequilíbrio da balança comercial que pudesse abalar a confiança externa quanto às possibilidades de manutenção da taxa de câmbio real vigente. A limitação do acesso ao crédito repercutiu fortemente no nível de consumo, afetando as vendas industriais. Ao mesmo tempo, com a redução do mercado, os setores mais fragilizados da indústria brasileira começaram a sentir com maior intensidade os efeitos do acirramento da concorrência, resultantes da ampliação nas facilidades com importações e da dificuldade em buscar o mercado externo como alternativa frente à redução das vendas internas. A queda na atividade acelerou ainda mais o crescimento do desemprego no setor industrial, fato que alertou a sociedade e o Governo para a necessidade de crescimento econômico, tema que ganhou destaque a partir de então.

A terceira etapa, que se inicia em setembro de 1995 e se estende pelo menos até abril de 1996, caracteriza-se pela estabilidade quanto ao nível de produção industrial brasileira. Contrapondo-se às etapas anteriores, essa terceira fase mostra oscilações mensais na produção, que não levam a uma

mudança do patamar da atividade industrial. No entanto é importante ter presente que, se a atividade não apresenta uma tendência ao crescimento no período como um todo, tampouco se pode falar em uma queda persistente ou em recessão. Estagnação é a palavra que melhor define os efeitos do Plano Real na produção industrial, uma vez que, de setembro de 1995 até abril de 1996, a atividade se encontra em patamar semelhante àquele de julho de 1994, com a ociosidade na indústria de transformação retornando ao nível de 20% do primeiro semestre de 1994 — 79% e 82% de utilização média da capacidade instalada em janeiro e abril de 1996 respectivamente. Nesse momento, percebe-se que a redução da inflação, mesmo que a níveis bastante baixos, é insuficiente para garantir o crescimento contínuo da produção, o que coloca a questão do patamar da atividade no centro da discussão sobre o futuro do Plano Real.

Gráfico 1

Índice dessazonalizado da produção da indústria de transformação no Brasil — jul./94-abr./96



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, abr.

NOTA: Base fixa mensal: 1991 = 100.

No primeiro quadrimestre de 1996, a produção industrial caiu 8,46% frente a igual período do ano anterior. Esse decréscimo só não foi maior devido à recuperação ocorrida em abril, quando, no primeiro resultado positivo do ano, a produção da indústria de transformação foi 2,93% superior à obtida no mês de março, já descontada a sazonalidade. No primeiro trimestre de 1996, a indústria de transformação apresentou uma produção 10,24% inferior ao mesmo período de 1995, quando a atividade ainda se encontrava aquecida.

Tais resultados acumulados até abril de 1996 podem ser creditados ao fraco desempenho de gêneros relacionados com a categoria bens de capital, como mecânica (-29,96%) e metalúrgica (-8,21%). Entre os segmentos responsáveis por esses resultados negativos, encontram-se tratores e máquinas rodoviárias (-63,21%); máquinas, equipamentos e instalações (-26,66%); e fundidos e forjados de aço (-25,59%). Além desses, também apresentaram uma má performance no ano gêneros pertencentes à categoria dos bens de consumo não duráveis, como têxtil (-19,04%); vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-15,58%); e bebidas (-6,68%).

A recuperação na atividade, no mês de abril, decorreu principalmente devido ao bom desempenho de segmentos industriais pertencentes à categoria dos bens de consumo duráveis. Destacam-se, dentre esses, especialmente veículos automotores para passageiros (crescimento de 22,84% frente a abril de 1995 e 13,96% no acumulado do ano) e aparelhos receptores de TV, rádio e equipamentos de som (crescimento de 11,29% frente a abril de 1995 e 11,61% no acumulado do ano). Constata-se que esses segmentos industriais vêm apresentando um constante incremento na atividade desde a implantação do Plano Real, atingindo, em abril de 1996, produção superior em cerca de 80% quando comparada à média de 1991, ano base para o IBGE. Para o mês de maio, existe a expectativa quanto a resultados ainda mais expressivos, considerando-se as informações provenientes da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), que mostram um crescimento nas vendas com relação ao mês de abril de 7,82% para os eletrodomésticos em geral e de 16,36% para os aparelhos de televisão. No acumulado janeiro-maio, foram vendidos 56,42% mais televisores do que no mesmo período do ano anterior, representando as 786.729 unidades vendidas no mês de maio, o principal resultado obtido por esse ramo industrial até o momento no País (FERNANDES, 1996, p. 12, PRODUÇÃO..., 1996, p. 8). Entre os bens de consumo não

duráveis, alguns gêneros se recuperaram do fraco desempenho de 1995, salientando-se a boa performance dos gêneros fumo e produtos alimentares, com crescimento entre janeiro e abril frente a igual período do ano anterior de 14,61% e 9,04% respectivamente.

Os resultados obtidos no início de 1996 representam a consolidação de uma tendência que se apresenta com maior nitidez a partir de meados do ano passado. A indústria de bens de consumo, apesar de revelar robustas diferenças quanto ao comportamento dos setores de duráveis e de não-duráveis, aparece como a principal responsável pela dinâmica da atividade industrial no período posterior a agosto de 1995.

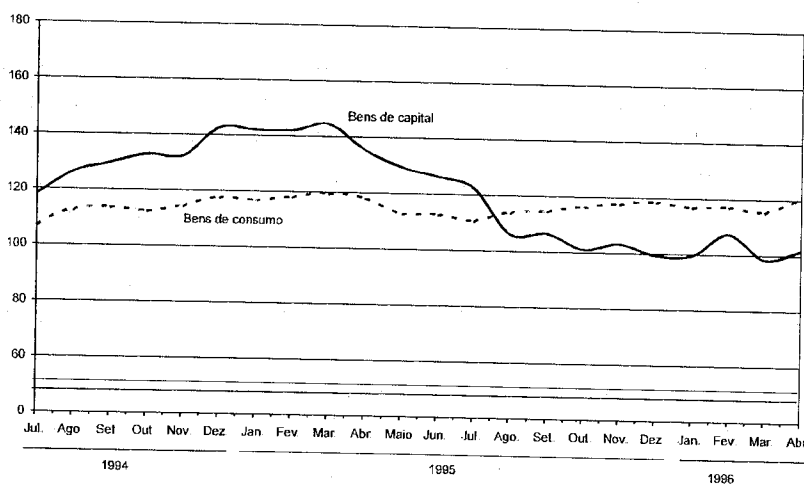
O Gráfico 2 demonstra uma evolução bastante diferenciada para os indicadores da produção industrial por categorias de uso desde o início do Plano Real. A categoria bens de capital mostra-se mais dinâmica no primeiro ano do processo de estabilização, reduzindo bastante o nível de sua atividade a partir de então, atingindo um patamar de produção semelhante à deprimida média de 1991 — ano de produção reduzida para essa categoria — nos primeiros meses de 1996. Seu desempenho indica uma queda de 17,72% na sua produção, no acumulado dos 12 últimos meses. O comportamento da categoria bens de consumo apresenta-se mais estável, com uma tendência levemente ascendente após o primeiro ano do Plano Real, atingindo seu maior nível no mês de abril de 1996. Assim, no período entre maio de 1995 e abril de 1996, a categoria bens de consumo duráveis exibiu um crescimento de 9,54% frente aos 12 meses imediatamente anteriores, enquanto os bens de consumo semiduráveis e os não duráveis tiveram um comportamento estável no período, com redução de 0,22%.

O maior dinamismo da categoria bens de consumo duráveis está fortemente relacionado à facilidade de acesso ao crédito para o consumidor, que marca o período inicial e a última fase — tal como definida anteriormente — do Plano Real. As taxas de juros, que permaneceram elevadas durante todo o período, não se revelaram suficientemente poderosas para aplacar a forte demanda reprimida existente por bens de consumo, especialmente os duráveis. Assim, quando no início de 1995 o Governo optou por reduzir o ritmo de crescimento da atividade econômica, o fez através de medidas que visavam limitar o acesso ao crédito. Decorrido um ano, esse instrumento foi novamente utilizado, embora, dessa vez, com o objetivo de estimular uma retomada do crescimento da atividade econômica, ante os fortes protestos de setores

industriais atingidos pela estagnação da economia, combinada às taxas de juros elevadas. Nesse sentido, o Governo liberou os prazos de financiamento, reduziu de 12% para 6% o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre o crédito pessoal e, já em junho, possibilitou o parcelamento e o fim do limite de financiamento de 50% do valor da fatura mensal nas compras efetuadas no cartão de crédito. Essas medidas provavelmente contribuirão para elevar o ritmo de crescimento da atividade industrial até o final de 1996. Pode-se, assim, prever uma elevação superior àquela esperada anteriormente para este ano, impulsionando, principalmente, o bom desempenho dos bens de consumo duráveis.

Gráfico 2

Produção industrial, por categorias de uso, de bens de capital e bens de consumo no Brasil — jul./94-abr./96



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, abr.

NOTA: Base fixa mensal: 1991 = 100.

A categoria de bens de capital, por sua vez, tem seu comportamento relacionado com a expectativa quanto à evolução futura da atividade econômica. Desse modo, em um primeiro momento, dois fatores levaram a uma retomada da atividade dessa categoria, sendo estes o forte impulso ao consumo observado inicialmente e a necessidade de modernização decorrente da maior exposição de algumas indústrias à concorrência internacional. Contrariamente ao que ocorreu com os bens de consumo duráveis, a persistência de juros reais elevados foi decisiva para a reversão da tendência de ampliação dos investimentos internos, que marcou o período inicial do Plano Real, uma vez que reduziu fortemente a possibilidade de retorno desses investimentos em menor prazo. Ao mesmo tempo, a desaceleração produtiva, com o retorno da ociosidade industrial aos níveis anteriores, a elevação da inadimplência de forma concomitante à redução da área plantada no setor agrícola e ao aumento da competição dos equipamentos importados complementam o quadro de desestímulo à indústria de bens de capital. Quanto a este último fator, estão previstas importações de máquinas da ordem de US\$ 9 bilhões no ano de 1996, representando um acréscimo de 50% sobre o total importado em 1995. Buscando adaptar-se à nova situação desse mercado, as próprias produtoras de máquinas tornaram-se representantes de fábricas estrangeiras, sendo responsáveis por cerca de 70% das vendas de máquinas e equipamentos importados no Brasil (FERNANDES, 1996a, p.1).

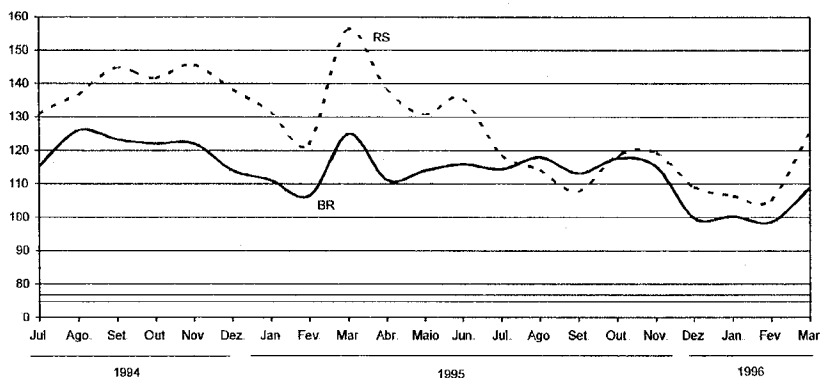
No Rio Grande do Sul, a evolução da atividade industrial reproduziu o movimento expansionista da indústria brasileira da primeira etapa do Plano Real, atingindo seu ponto máximo em março de 1995, com uma produção 19,17% superior àquela de julho de 1994.¹ No entanto a queda que se seguiu ao crescimento inicial atingiu de forma mais intensa a indústria de transformação gaúcha, fazendo com que o segundo semestre de 1995 apresentasse um comportamento bastante inferior ao da etapa inicial. Desse modo, observa-se nesse período uma diferença com relação à evolução da indústria brasileira. O patamar médio da produção industrial do Rio Grande do Sul situou-se em um nível 15 pontos percentuais inferior ao de julho de 1994, não

¹ Medido pelo indicador de produção física, com base fixa, não dessazonalizado do IBGE.

obstante as pequenas recuperações registradas em setembro e outubro. A redução na renda agrícola e a valorização cambial atingiram fortemente segmentos com expressivo peso na estrutura industrial gaúcha, como máquinas agrícolas e calçados, que tiveram sua produção bastante diminuída no ano de 1995.

Gráfico 3

Produção da indústria de transformação no Brasil e no Rio Grande do Sul — jul./94-mar./96



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, abr.

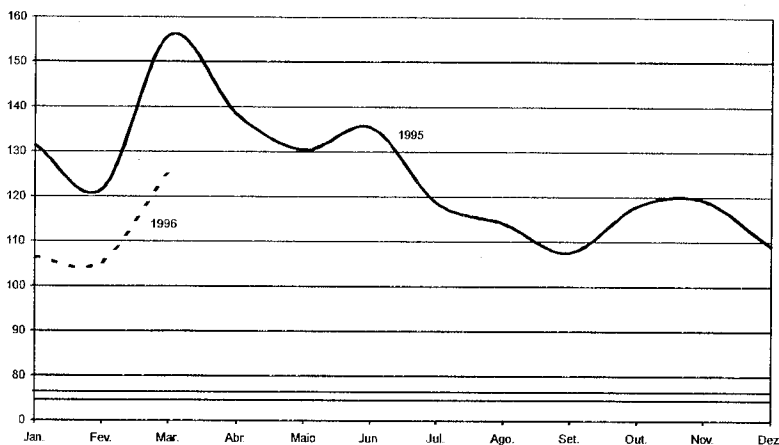
NOTA: Base fixa mensal: 1991 = 100.

O primeiro trimestre do ano de 1996 mostra novamente uma simetria nas trajetórias das indústrias de transformação gaúcha e brasileira, com queda na atividade em janeiro e fevereiro, seguida de uma elevação da produção em março. Apesar do crescimento observado no mês de março, a produção industrial gaúcha reduziu-se em 17,97% nos três primeiros meses do ano, quando comparada a igual período do ano anterior. Essa queda foi mais intensa

do que a registrada pela indústria brasileira (-10,24% até março), o que ressalta a mudança no patamar produtivo observada na indústria gaúcha a partir da acentuada diminuição do nível de atividade registrada no segundo semestre de 1995. Como resultado, o acumulado dos últimos 12 meses até março confere à indústria de transformação do Rio Grande do Sul o pior desempenho dentre os oito estados que têm sua produção industrial pesquisada pelo IBGE, com uma queda de 14,67% nesse indicador.

Gráfico 4

**Produção da indústria de transformação
do Rio Grande do Sul — 1995/96**



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, mar.

NOTA: Base fixa mensal: 1991 = 100.

Mesmo apresentando uma recuperação com relação a fevereiro, março registrou o pior resultado no ano (-19,90%), quando comparado ao mesmo mês de 1995, marcado por uma excelente performance da indústria gaúcha.

Contribuíram para essa redução os gêneros mecânica (-53,35% no mês e -58,66% no trimestre); metalúrgica (-27,65% no mês e -26,86% no trimestre); material de transporte (-26,60% no mês e -21,81% no trimestre); bebidas (-23,82% no mês e -19,48% no trimestre); borracha (-1,62% no mês e -20,72% no trimestre); e têxtil (-20,26% no mês e -27,58% no trimestre).

Por outro lado, apresentaram resultados positivos os gêneros perfumaria, sabões e velas, com um crescimento de 20,60% no trimestre; fumo, com uma produção 143,99% superior à da média de 1991 e uma elevação de 12,04% no trimestre; material elétrico e de comunicações, que teve um aumento de 8,75% em sua produção no trimestre; e química, com um incremento de 3,19% na produção frente aos três primeiros meses de 1995.

Alguns segmentos industriais merecem considerações especiais quanto ao seu desempenho em 1996. A indústria de máquinas agrícolas continua a apresentar enorme ociosidade no início deste ano, com uma queda de 67% nas vendas no período janeiro-maio frente a 1995, atingindo, conforme o Presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas Agrícolas, a maior redução dos últimos 20 anos (INDÚSTRIA..., 1996, p.28). Nos últimos 12 meses até abril, foram vendidos 9.990 tratores no Brasil, um volume que pode ser considerado inexpressivo frente a uma capacidade produtiva de 70.000 unidades anuais. A quantidade de máquinas comercializadas nesse período foi a menor desde 1963, quando do início da mecanização agrícola do Brasil (VENDA..., 1996, p.36). O Rio Grande do Sul responde por 60% das empresas do setor, cujo péssimo desempenho contribui fortemente para os maus resultados apresentados pelo gênero mecânica no Estado.

Diferentemente da indústria de máquinas agrícolas, a calçadista vem promovendo modificações em sua estratégia de exportação. Impossibilitada de manter sua estratégia exportadora tradicional face à taxa cambial e à intensificação da concorrência da indústria de países com menores custos salariais, a indústria voltou-se para a comercialização de produtos com preço médio mais elevado. Nos quatro primeiros meses do ano, o valor exportado pela indústria calçadista foi o mesmo obtido no primeiro quadrimestre de 1995 (US\$ 480,6 milhões), com o preço médio dos produtos vendidos ao Exterior tendo se elevado de US\$ 8,91 para aproximadamente US\$ 10,00 (PILIZZARO, 1996, p.36). Uma mudança mais profunda no perfil da produção gaúcha de calçados para exportação trará, certamente, alterações na estrutura produtiva desse setor. Somente as maiores empresas terão condições de articular os diversos elos necessários para fazer frente à concorrência em mercados mais

exigentes, os quais envolvem custos com distribuição e *marketing* inacessíveis às pequenas unidades produtivas. Estas podem integrar-se à nova estrutura, atuando como subcontratadas das empresas maiores, em uma integração produtiva que, de forma ainda incipiente, já se encontra presente no Estado.

A indústria do fumo, por sua vez, projeta elevados investimentos no Estado do Rio Grande do Sul até o ano 2000, com a perspectiva de ampliação tanto da capacidade produtiva de processamento do fumo quanto da área plantada. A indústria estava voltada para a exportação até o Plano Real, sendo atingida pela valorização cambial. A partir de então, promoveu uma reestruturação, que envolveu a fusão e a incorporação de empresas e a redução no número de empregados. Paralelamente, buscou uma maior integração com os plantadores da matéria-prima, o que permitiu um gerenciamento mais eficiente quanto ao volume e à qualidade da produção primária. Conforme Robert Jones, Presidente da Universal Leaf Tabacos, maior processadora mundial de fumo, nesse novo modelo "(...) a empresa garante a parte principal do financiamento e assume os juros para que os plantadores aumentem a área" (MARCHAND, 1996, p.B-16). A partir do Plano Real, ocorreram um aquecimento do mercado interno e, em meados de 1995, uma queda nos estoques mundiais do produto, o que trouxe perspectivas para uma retomada nas exportações e estimulou a decisão da promoção de novos investimentos, que podem chegar a US\$ 130 milhões nos estados do sul do País, nos próximos quatro anos.

Existem indicações de que, tal como ocorreu com a indústria brasileira, a gaúcha também experimentou, em abril, uma continuidade da trajetória de recuperação iniciada em março. O Índice de Desempenho Industrial (IDI), medido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) aponta um crescimento de 4,73% para abril de 1996 quando comparado a abril do ano anterior. Esse resultado reduz as perdas acumuladas no ano para 3,01% frente ao primeiro quadrimestre de 1995.² O crescimento de 11% nas vendas, em comparação com abril de 1995, foi impulsionado pelo

² O IBGE também estaria sinalizando um crescimento da atividade no mês de abril, o que diminuiria a queda acumulada no primeiro trimestre para a indústria geral — incluindo a indústria extrativa mineral — de 17,9% para 14,1% no acumulado janeiro-abril (INDÚSTRIA..., 1996a, p.A-5).

aumento de 15,67% no total comercializado do agregado têxtil e derivados, sinalizando uma recuperação da indústria calçadista gaúcha em 1996.

A partir dos melhores resultados obtidos em março e abril, aliados às medidas de expansão do crédito que o Governo tem adotado desde então, a maior parte dos analistas acredita que a trajetória de recuperação da atividade industrial poderá estender-se durante o ano de 1996. As possibilidades de sustentação desse crescimento, mantidas as atuais taxas de juros e câmbio, são consideradas a seguir.

2 - As possibilidades do crescimento industrial brasileiro

Impulsionada pela perspectiva das eleições, pela liberação gradual do crédito e pelos incentivos à exportação, existe uma inequívoca tendência ao crescimento da produção industrial brasileira no segundo semestre de 1996. Os atuais indicadores negativos do desempenho da atividade industrial provavelmente não persistirão até o final do ano. No entanto permanecem dúvidas sobre a possibilidade da manutenção dessa trajetória. O episódio do primeiro ano do processo de estabilização, com o aumento da atividade industrial inicialmente verificado sendo esvaziado no período posterior, se, por um lado, mostrou o controle do Governo sobre o nível da atividade produtiva, por outro, trouxe sérias dúvidas quanto à possibilidade de um crescimento sustentado da economia brasileira, dados os parâmetros que condicionam o sucesso obtido na contenção do processo inflacionário. Cabe, então, procurar as diferenças existentes no momento atual da economia brasileira e no sentido da atuação governamental, buscando perceber mudanças ocorridas que permitam justificar a confiança demonstrada por membros da equipe econômica governamental quanto ao ingresso em um novo "círculo virtuoso" de crescimento com estabilização.³ Cumpre salientar que apenas os aspectos concernentes à

³ A expressão "círculo virtuoso" foi utilizada por Mendonça de Barros e Goldenstein, em um artigo na Gazeta Mercantil de 17.06.96, para definir a nova etapa na qual a economia brasileira estaria ingressando após dois anos do início do processo de estabilização.

coerência interna entre os sustentáculos do processo de estabilização e o crescimento serão objetos de análise, embora exista uma fragilidade desse processo frente aos possíveis choques externos e a ameaça quanto a um agravamento insustentável do endividamento interno.

Durante o ano de 1996, algumas modificações fizeram-se sentir quanto ao tratamento de questões relacionadas ao crescimento da economia brasileira por autoridades governamentais. A necessidade de uma maior preocupação nesse sentido tornou-se clara quando os fatores que garantiram o sucesso da queda da inflação começaram a ser questionados tanto por sindicalistas preocupados com a elevação no desemprego quanto por representantes do empresariado nacional. As pressões empresariais, que vinham se avolumando desde março, tiveram sua demonstração mais evidente na Marcha sobre Brasília, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que reuniu, no final de maio, cerca de 2000 empresários industriais de todas as regiões do País, com o pretexto de cobrar maior agilidade na tramitação das reformas constitucionais propostas pelo Governo (PATÚ, 1996, p.7/8). Entre as principais reivindicações do movimento, encontravam-se a queda da taxa de juros, a redução da carga tributária e a gradual diminuição da sobrevalorização cambial. Os setores mais atingidos pela concorrência externa, por sua vez, reclamavam o aumento da proteção interna e a ampliação de linhas privilegiadas de financiamento. Para o Governo, passou a não ser mais possível se manter alheio à discussão sobre o crescimento, uma vez que não havia mais como sustentar a argumentação inicial, segundo a qual a recuperação da economia brasileira seria decorrência natural da própria redução nas taxas de inflação. Ao contrário, a queda no nível de atividade foi exposta nas manifestações dos empresários como um subproduto do processo de estabilização.

O Governo, que até então vinha apostando exclusivamente na montagem de um cenário favorável à atração de investimentos produtivos externos como única alternativa viável para a promoção sustentada do crescimento econômico, respondeu às pressões modificando gradualmente algumas de suas posições a partir de abril. Primeiramente, no episódio da adequação à Tarifa Externa Comum (TEC) das tarifas de importação, que haviam sido elevadas em 1995 (a chamada Lista Dallari), decidiu manter as alíquotas para produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e calçados, entre outros, nos níveis máximos permitidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), estabelecendo um cronograma para sua integração à TEC, que se estende até 2001 em alguns casos. Como exemplo, a tarifa sobre calçados, que deveria

declinar em maio para 20%, para adequar-se à TEC, acabou sendo fixada em 40%, com redução anual prevista de cinco pontos percentuais até o ano 2000 (PERES, 1996, p.A-4). Esse procedimento pode ser entendido como uma cautelosa modificação da política implementada na primeira metade da década, com a exposição sistematicamente maior das atividades industriais à concorrência internacional, sem levar em consideração sua capacidade competitiva e de geração interna de emprego e renda. Trata-se também do reconhecimento da fragilidade do equilíbrio externo da economia brasileira, incapaz de sustentar um contínuo aumento nas importações que essas facilidades acarretariam no curto prazo.

Em segundo lugar, o Governo promoveu, em meados de junho, incentivos ao setor exportador brasileiro sem alterar a política cambial, possibilitando o acesso à US\$1 bilhão em créditos do BNDES para financiamento das exportações, com condições mais favoráveis. O prazo de pagamento é de 15 meses, com nove de carência, e taxas de juros de 11% anuais (Libor mais 5,5%). Entre as indústrias beneficiadas, encontram-se calçados, autopeças, móveis, confecções, artefatos plásticos, artefatos de cutelaria, eletrodomésticos e eletroeletrônicos de consumo (LAVORATTI, 1996, p.A-4). A importância dessa medida transcende os números apresentados, ao apontar uma nova postura governamental frente à dificuldade das empresas em aumentar o volume de exportações. Encontra-se também em estudo uma alternativa para desonerar de impostos as exportações de manufaturados nacionais, antiga reivindicação dos exportadores brasileiros.

Desse modo, implicitamente o Governo reconhece a existência de uma importante defasagem cambial, embora insista em negá-la publicamente. Os argumentos para não admitir a sobrevalorização cambial passam pelo crescimento nas exportações de manufaturados, ocorrida em 1996. Este seria decorrência do profundo ajuste estrutural que estaria em curso na indústria brasileira, cujo aumento de produtividade compensaria a elevação nos custos para exportação trazidos pelo atraso cambial. Em outras palavras, a valorização cambial efetiva seria menor (ou até mesmo inexistente para algumas indústrias mais avançadas em seu processo de reestruturação) do que aquela estimada, levando-se em conta apenas as variações do câmbio e dos preços internos e externos.

Sem entrar no mérito sobre a quantificação da defasagem cambial e dos incrementos na produtividade, é importante ressaltar a existência de um risco contido nesse raciocínio. As exportações elevaram-se em um momento de

queda na atividade econômica, nada indicando a permanência desse comportamento quando de um reaquecimento da economia. Consta-se que, para muitos setores industriais, a comercialização para o Exterior não é considerada uma estratégia prioritária de ampliação do seu mercado, mas, sim, uma alternativa capaz de viabilizar uma maior utilização da capacidade produtiva frente a períodos de fraco desempenho das vendas internas, reduzindo-se quando estas aumentam.

Além disso, a medida relevante para a manutenção da confiança dos investidores externos (e, portanto, para poder sustentar o crescimento da atividade sem riscos ao atual modelo de estabilização) não é o crescimento das exportações, mas, sim, a existência de um saldo comercial favorável. Na hipótese provável de retomada de crescimento da economia, existe certeza quanto ao aumento das importações e uma possibilidade (caso a variação na produtividade compense a defasagem cambial) de manutenção no volume das exportações. O crescimento do total exportado dependeria, assim, da efetividade de outras medidas auxiliares à exportação, e, para tanto, aquelas tomadas até o momento são bastante tímidas. Nesse sentido, pode-se afirmar que, embora o Governo tenha agido na direção correta para a consolidação da estabilização com crescimento econômico ao apoiar o aumento das atividades exportadoras a partir de medidas extra-cambiais, é bastante arriscado apostar-se que um aumento na atividade não conduza ao retorno do déficit comercial e que, portanto, o Governo não venha a ser compelido mais adiante a frear novamente o ritmo da economia.

Um outro ponto relevante na discussão sobre um crescimento sustentado da economia brasileira diz respeito à capacidade de conciliar uma política industrial — que tenha efetividade na orientação quanto aos investimentos no setor e a promoção de uma maior competitividade para aqueles segmentos com maiores dificuldades de inserção no cenário internacional — com as exigências dos processos de mundialização e regionalização em curso na economia mundial. O processo de mundialização, pela sua natureza, requer uma crescente abertura comercial e desregulamentação dos mercados. A regionalização, no caso brasileiro marcada pelo advento do Mercosul, exige coordenação e integração das políticas macroeconômicas e de comércio exterior. Torna-se, assim, cada vez mais difícil conciliar demandas específicas de setores internos a compromissos assumidos internacionalmente.

A política setorial mais estruturada que o Governo brasileiro conseguiu efetivar nesse período de dois anos diz respeito à indústria automobilística.

Esta visa promover vantagens às montadoras já instaladas no Brasil ou que aqui vierem a se instalar, taxando em 70% as importações de automóveis fabricados por empresas que não possuam subsidiárias no País, ao mesmo tempo em que cria cotas privilegiadas de importação de automóveis e reduz substancialmente (para 2%) a taxa sobre os insumos para as empresas que se comprometem com a ampliação de suas exportações. No entanto, existem reações dos governos coreano e japonês no sentido de registrar uma reclamação contra o Brasil na OMC, sob o argumento de que o regime automotivo brasileiro é discriminatório.⁴ Nesse caso específico, o Brasil pretende protelar a decisão, pois estima que o julgamento da questão somente se efetivaria em 1999, mesmo ano previsto para encerrar-se a vigência dessa política (ABY-AZAR, 1996, p.A-4). No entanto essa e outras polêmicas (como é o caso dos têxteis protegidos por cotas com o Mercosul) demonstram a dificuldade que encontra o Governo brasileiro para conciliar uma política industrial, que é cada vez mais necessária, e os interesses dos seus parceiros comerciais. Tornam-se, assim, mais restritos os instrumentos para conseguir compatibilizar o crescimento interno e o equilíbrio das contas externas no curto prazo.

Bibliografia

- ABY-AZAR, Cristina (1996). MP dos autos: Brasil vai endurecer a negociação. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4, 21/23 jun.
- BRANDÃO JÚNIOR, Nilson (1996). Indústrias de cigarro vão aumentar seus investimentos no país. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.C-3, 12 jun.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1996). Rio de Janeiro: FGV, v.50, n.6, p.70-75, jun.

⁴ O Japão é o maior exportador de automóveis para o Brasil e tem seus interesses bastante prejudicados com essa política por não ter montadoras aqui localizadas.

- DESIGUALDADE e concentração de renda no Brasil (1995). **Pesquisa DIEESE**, São Paulo, n.11, ago.
- FERNANDES, Fátima (1996a). Importação domina mercado de máquinas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-1, 10 jun.
- FERNANDES, Fátima (1996). Brasil é o 3_ em venda de televisores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-12, 21 jun.
- GOLDENSTEIN, Lídia, BARROS, José Roberto Mendonça de (1996). O Plano Real, dois anos depois. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-10, 17 jun.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, abr.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, mar.
- INDÚSTRIA de máquinas vende 67% menos (1996). **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p28, 8 jun.
- INDÚSTRIA paulista tem maior queda (1996a). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-5, 14/16 jun.
- LAVORATTI, Liliana Enriqueta (1996). Pacote de exportações vai criar 70 mil empregos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4, 20 jun.
- MARCHAND, Jussara (1996). Fumo atrai novos investimentos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-16, 23 maio.
- PATÚ, Gustavo (1996). Paulistas e mineiros dominam o encontro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.1-7/8, 22 maio.
- PERES, Leandra (1996). Governo deve fixar tarifas diferenciadas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4, 29 mar.
- PILIZZARO, Itamar (1996). Preço maior desequilibra a receita com exportações. **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p.36, 7 jun.
- PRODUÇÃO nacional de Tvs tem novo recorde histórico (1996). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.8, 21 jun.
- SÚMULA ECONÔMICA (1996). Porto Alegre: FIERGS, maio.
- VENDA de máquinas tem redução drástica (1996). **Zero Hora**, Porto Alegre, p.36, 5 jun.